

## Comissão de senadores vai estudar a desburocratização

Objetivos da comissão a ser criada hoje pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, abrangem estudo aprofundado dos principais empecilhos na vida dos cidadãos e das empresas e proposição de medidas que reduzam a burocracia



Gerardo Magela

**BARREIRAS** Renan afirma que o Brasil precisa remover as medidas que dificultam a vida dos cidadãos

Página 3

### Tourinho saúda início da construção de gasoduto

O gás natural é, segundo o senador Rodolpho Tourinho, a única solução para que a região Nordeste não enfrente problemas em sua oferta de energia. Por isso, ele saudou, em Plenário, o início da construção do Gasoduto Nordeste, anunciado pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Página 7

### Garibaldi quer o Congresso na comissão sobre salário mínimo

A participação do Congresso Nacional na comissão criada pelo governo para propor uma nova política sobre o salário mínimo foi defendida pelo senador Garibaldi Alves. Ele lamentou que o Legislativo tenha sido deixado à margem das discussões sobre o assunto.

Página 7



Roosevelt Pinheiro/Abn

O relacionamento comercial entre árabes e sul-americanos não reflete os laços culturais existentes entre os dois povos há mais de dois séculos. A opinião foi manifestada pelo secretário-geral do Conselho de Cooperação do Golfo, Abdul Rahman Bin Hamad, em seminário paralelo à Cúpula de Brasília.



### Brasil mais perto dos países árabes

A Cúpula América do Sul-Países Árabes, que se encerra hoje em Brasília, consolidará a expansão do comércio entre o Brasil e esses países. O ponto de vista foi defendido segunda-feira, no Plenário, pelo vice-presidente do Senado, Tião Viana. O encontro foi definido pelo senador Pedro Simon como a iniciativa diplomática mais importante já realizada pelo Brasil. A senadora

Serys Shlessarenko afirmou que a cúpula, além de assegurar a aproximação com os países árabes, deverá ajudar na reconciliação com a Argentina. O senador Sibá Machado defendeu a política econômica do governo e disse que o Brasil não pode ser extensão dos interesses de dois blocos – a União Européia e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

### Maciel recomenda mais atenção ao Mercosul

O senador Marco Maciel cobrou do governo mais atenção ao Mercosul. Ele observou que a integração parece estar ameaçada pelo "descaso"

do governo com a região. Arthur Virgílio criticou o veto do governo brasileiro à presença de representantes dos Estados Unidos na Cúpula de Brasília.

Páginas 4 e 5

## Delcídio, Paim e Alberto Silva apóiam recuperação de ferrovias

Página 8



**PERIGO** Para Pavan, quem tem que percorrer as estradas brasileiras está negociando com a morte

## Pavan quer saber quem se beneficiou com redução na Cide

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) anunciou que pedirá ao governo federal informações sobre quem foi beneficiado com a redução da alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Pavan afirmou que o Decreto 5.060, de abril do ano passado, reduziu a alíquota, mas não houve a contrapartida para o consumidor, com a redução dos preços dos combustíveis.

– Deve ter alguma distribuidora no Brasil sendo beneficiada – acusou o parlamentar.

O senador disse que, dos R\$ 9,5 bilhões arrecadados pela Cide em 2004 e neste ano, não houve liberação de recursos para recuperação ou manutenção das estradas. A contribuição, lembrou, foi criada com essa finalidade.

– Quem percorre as estradas está em constante negociação com a morte – observou.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que acordo realizado no início do ano com o Fundo Monetário Internacional previa R\$ 9 bilhões para investir em infra-estrutura, sem contar a Cide.

# Agenda

## MPs trancam pauta do Plenário

Duas propostas trancam a pauta de votações do Plenário, que realiza sessão hoje às 14h. A primeira (PLV 6/05) cria cargos em unidades hospitalares, para regulamentar “vínculos precários” já existentes, de acordo com o

governo. A outra (MP 236/05) libera recursos para estados e municípios, a fim de compensar as perdas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com as exportações.



**Ociosidade** José Jorge afirma que o pessoal ocioso do governo causa um “festival de besteiras”

## Aumento de idade para aposentadoria e orçamento impositivo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje às 10h. Em pauta, o projeto que aumenta para 75 anos o limite para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos e a nomeação

de magistrados (PEC 42/03), além das emendas de Plenário oferecidas à proposta do orçamento impositivo (PEC 22/00), que obriga a execução da lei orçamentária aprovada pelos parlamentares.



## Educação a distância é tema de audiência

O projeto que regulamenta a educação a distância (PLS 462/03) será discutido na Comissão de Educação, que promove audiência pública às 10h de hoje. Foram convidados os presidentes das associações brasileiras

de Tecnologia Educacional (ABT), João Roberto Moreira Alves, e de Educação a Distância, Frederic Litto; além do diretor do Departamento de Políticas em Educação a Distância do Ministério da Educação, Sérgio Kieling.

## Encontro das imprensas oficiais de língua portuguesa

O Interlegis promove hoje, às 9h30, a abertura do 5º Encontro das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa, que vai discutir, entre outros temas, o

papel dos jornais oficiais como veículos noticiosos. O evento ocorre entre os dias 11 e 13, no auditório do Interlegis. Às 11h, o senador Gerson Camata

(PMDB-ES) recebe, do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento, sugestão de projeto para o marco regulatório do setor.

## CRA discute vinicultura brasileira

A crise enfrentada pelos produtores de vinho brasileiros, por conta da importação de vinhos a preços bem abaixo do praticado no comércio nacional, será discutida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 10h. A audiência conta

com a presença do coordenador de Tributação sobre Produto e Comércio Exterior da Secretaria da Receita Federal, Helder Silva Chaves, e do coordenador-geral de Vinhos e Bebidas do Ministério da Agricultura, Ricardo da Cunha Cavalcanti Júnior, entre outros.



## Economia dos municípios

Às 14h30, a Subcomissão de Assuntos Municipais ouve o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes. Ele comenta dados do instituto sobre a economia dos municípios. Às 15h, a Comissão Mista do Judiciário realiza reunião administrativa.

## Defesa do consumidor

Em discussão na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne às 11h30, projeto (PLS 288/04) que obriga a implantação plena de infra-estrutura básica, como redes elétricas e de saneamento, antes do parcelamento urbano.

**Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## José Jorge diz que governo criou cargos em excesso

O excesso de ministérios e de cargos que teriam sido criados pelo governo para acomodar petistas derrotados em eleições estaria provocando inúmeras gafes e trapalhadas. A opinião foi emitida pelo senador José Jorge (PFL-PE), na segunda-feira, ao citar a publicação, pela Secretaria de Direitos Humanos, da *Cartilha do Politicamente Correto*, que acabou retirada de circulação.

– Com o excesso de cargos nos 36 ministérios atuais, tem muita gente sem fazer nada. Por causa disso, a cada dia o que se vê é um festival de besteiras. Essa cartilha talvez seja um dos maiores absurdos que o governo cometeu. Foi feita com dinheiro público, e o pior é que só notaram o absurdo depois que ela começou a ser distribuída – afirmou José Jorge.

A cartilha, segundo o parlamentar, recomenda que certas expressões não sejam usadas por formadores de opinião. Entre elas, enumerou ele, estariam “fanático”, “farinha do mesmo saco”, “louco”, “detento” e “crioulo”.

Depois de revelar que levou mais de uma semana para conseguir a cartilha, e que só obteve êxito por meio de um jornalista que lhe emprestou um exemplar, José Jorge afirmou que mandará imprimir uma pequena tiragem para distribuir a interessados.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) opinou que o ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, deveria ser punido por ter ferido a imagem do governo federal. “O ministro publica e não vê a importância e o significado de uma medida como essa; esse cidadão não tem condições de cuidar dos direitos humanos”, declarou Pedro Simon.

José Cruz



**COMPULSÓRIA** CCJ vai decidir sobre proposta de autoria de Pedro Simon que eleva de 70 para 75 anos o limite da idade de permanência no serviço público

## Comissão examina aumento de idade para a aposentadoria

A proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que eleva de 70 para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória no serviço público será examinada hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso receba parecer favorável, a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário.

Em audiência promovida pela CCJ, a proposta (PEC 42/03) obteve o apoio do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, e do ministro da Defesa, José Alencar, também vice-presidente da República.

Devem ser analisadas ainda

## Ação civil pública poderá ser proposta por parlamentar

Os parlamentares poderão ter legitimidade para propor ação civil pública, conforme estabelece projeto de lei que deverá ser analisado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

De autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), o projeto (PLS 131/03) modifica a Lei 7.347/85, estendendo a senadores, deputados federais e estaduais e a vereadores o direito de propor ação civil pública com o objetivo de apurar a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, entre outros interesses difusos.

Atualmente, a autoria dessa ação – impetrada com grande regularidade – está restrita à União, Ministério Público, es-

pela comissão as emendas oferecidas em Plenário pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) à proposta (PEC 22/00) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que institui o orçamento impositivo.

Doze outras matérias estão na pauta do colegiado, entre elas o projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que proíbe os partidos políticos de estabelecer contribuição obrigatória para os filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na administração pública. Em seu voto favorável, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para o risco de “dissolução dos limites” entre um partido político e o Estado e para “semelhanças importantes com fenômenos agudos de autoritarismo”.

Roosevelt Pinheiro



**SOLUÇÃO** Cabral lembra que, hoje, parlamentares assistem impotentes a descumprimento de leis

tados, municípios, autarquias, empresas públicas, fundações e associações, sendo que essas últimas devem ter sido constituídas há mais de um ano e ter atividade institucional voltada à defesa do meio ambiente, do consumidor, entre outras áreas.

– Os membros do Legislativo foram inexplicavelmente excluídos dessa legitimação. O resultado é que muitas vezes conseguem ver as suas leis aprovadas, mas assistem impotentes ao seu reiterado descumprimento, em prejuízo de consumidores e da população – argumenta Sérgio Cabral.

# Senado inicia ofensiva contra burocracia no país

■ Comissão especial vai propor medidas para remover empecilhos à vida dos cidadãos e à atividade das empresas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá assinar hoje ato criando comissão especial de três senadores para estudar os principais empecilhos burocráticos que dificultam a vida dos cidadãos e das empresas, bem como para propor medidas que possam reduzir o nível de burocratização no país.

A comissão terá 60 dias para realizar audiências com setores empresariais e representantes do Executivo, estados, municípios e Poder Judiciário. O colegiado contará com o apoio da assessoria técnica da Presidência, das consultorias do Senado Federal e das assessorias do empresariado nacional.

Um dos objetivos mais rele-

Geraldo Magela



**ATRIBUIÇÃO** Renan lembra que um dos objetivos da Casa é a melhoria da prestação dos serviços públicos

vantes da comissão será levantar as dificuldades para implantação do Cadastro Único no país: um documento que possa substituir as carteiras de identidade e de motorista, o título de eleitor e o cartão de contribuinte da Receita Federal.

Na justificativa do ato, Renan argumenta que o Brasil não conseguiu avançar significativamente sobre as barreiras burocráticas que dificultam a vida do cidadão, apesar dos

esforços promovidos por vários presidentes brasileiros, desde João Figueiredo, em 1979, com o Programa Nacional de Desburocratização, até Fernando Henrique, que reestruturou o programa.

Renan reconhece ser o excesso de burocracia um fenômeno complexo, que não pode ser solucionado exclusivamente pela esfera legislativa, uma vez que esse excesso se reproduz no âmbito interno das instituições, envolvendo as três esferas de poder e até mesmo a sociedade em geral.

Mesmo assim, o parlamentar destaca que o Senado tem como objetivo a melhoria da prestação de serviços públicos. Por isso, tomou a iniciativa de criar a comissão visando promover ação articulada com segmentos empresariais, ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais, Judiciário e sociedade em geral para identificar medidas de desburocratização.

## Câmara vota logo referendo sobre armas

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados deverá votar hoje o projeto que determina a realização de referendo para que a população decida sobre a proibição de porte de armas de fogo. A matéria já foi aprovada no Senado.

Segundo a Agência Câmara, o relator do projeto (PDC 1.274/04), deputado João Paulo Cunha (PT-SP), manteve a pergunta prevista no texto acolhido pelo Senado (“O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”),

mas retirou a menção da data da realização do referendo, que seria o primeiro domingo de outubro. Se a mudança for aprovada, o Tribunal Superior Eleitoral poderá definir a data em que a consulta será feita. O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, se comprometeu a colocar em votação o referendo, caso aprovado na CCJC, logo depois da desobstrução da pauta do Plenário, ainda segundo a Agência Câmara.

Também consta na pauta da CCJC projeto de lei que acaba com a verticalização nas colí-

gações partidárias. Esse princípio obriga que uma coligação eleitoral feita em nível federal pelos partidos seja repetida nos níveis estadual, distrital e municipal. O fim da verticalização faz parte da reforma política e é outra proposta legislativa que já foi aprovada pelos senadores.

Na última quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ser contrário à verticalização eleitoral. Ele criticou o modo como o tema vem sendo discutido no âmbito da reforma política.

## Combate ao preconceito racial será discutido em subcomissão

A Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão realiza audiência pública nesta sexta-feira, às 10h, no Plenário do Senado. De acordo com o presidente da subcomissão e autor do requerimento da audiência, senador Paulo Paim (PT-RS), o objetivo é discutir formas de eliminação do preconceito racial e da discriminação na data em que se comemora a abolição da escravatura. A reunião deverá contar com a participação de autoridades,

artistas, desportistas e ativistas do movimento negro.

O senador explica que embora a abolição, decretada em 13 de maio de 1888, tenha sido apenas física, a data é importante para a discussão sobre etnias. “A partir desses debates, poderemos até modificar as leis, pois vivemos em um país de maioria negra, e o Legislativo não poderá deixar de dar sua contribuição ao tema.”

– A subcomissão vai atuar como instrumento de inclusão



social e combate ao preconceito. A capacidade de um homem não se mede pela cor da pele, mas pelas suas idéias. Quando falo em racismo não é só a questão do negro, mas também a do branco, do índio, da mulher, da criança, do idoso, e questões ligadas a gênero, idade, sexo e procedência.



A Cúpula América do Sul-Países Árabes, que começou oficialmente ontem em Brasília, deverá incrementar os negócios e os laços culturais entre os dois blocos, segundo afirmaram em Plenário os senadores Pedro Simon, Tião Viana e Serys Slhessarenko

## Viana acredita que cúpula vai fortalecer comércio

Ao cumprimentar o governo federal pela realização da Cúpula América do Sul-Países Árabes, o senador Tião Viana (PT-AC) disse segunda-feira, em Plenário, acreditar que o encontro consolidará a expansão do comércio entre o Brasil e os países árabes. Ele citou dados do relatório da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) segundo o qual apenas nos dois primeiros meses deste ano as exportações brasileiras para esses países cresceram 16%.

– Este é um momento histórico em que o Brasil se afirma nas relações internacionais, rompe com o conceito de ter um papel periférico e assume sólida liderança internacional, ao desviar os olhares do mundo inteiro para o nosso país. Os números da CCAB confirmam o extraordinário crescimento das relações co-

Fotos: Roosevelt Pinheiro



**OTIMISMO** "Este é um momento histórico em que o Brasil se afirma nas relações internacionais", diz Tião Viana

merciais – ressaltou.

Tião Viana disse que a reunião também servirá para estreitar as relações entre os países sul-americanos, em referência a recentes declarações do presidente da Argenti-

na, Néstor Kirchner, acerca dos posicionamentos brasileiros nas relações internacionais.

– O momento é de reconciliação, vamos superar os desentendimentos que tivemos com nossa irmã Argentina – afirmou.

Tião Viana também enalteceu o desempenho do Itamaraty na coordenação do evento e elogiou a atuação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

– Observamos a chegada inédita de 32 delegações árabes, em uma demonstração de maturidade política. São mais de 9 mil policiais para garantir uma boa acolhida aos visitantes. Quero parabenizar o ministro Celso Amorim, que conduz com lucidez o Itamaraty – elogiou.



**BENEFÍCIO** Para Serys, reunião deverá também melhorar relações com a Argentina

## Serys elogia aproximação do Brasil com países árabes

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou o governo Luiz Inácio Lula da Silva pela realização da cúpula que se iniciou ontem. Além da aproximação com os países árabes, a reunião deverá ajudar na reaproximação com a Argentina, que tem feito queixas sobre o tratamento comercial dispensado pelo Brasil.

– Temos que reiterar o desejo do Brasil de ser parceiro da Argentina, para fortalecermos o Mercosul como um todo

– disse a parlamentar.

Para Serys Slhessarenko, é necessário aumentar o dinamismo das relações comerciais entre o Mercosul e o mundo árabe, que se encontra no patamar, considerado baixo, de US\$ 10 bilhões, dos quais R\$ 8,2 bilhões somente com o Brasil.

A senadora também elogiou o governo Lula pela “atitude soberana” diante da tentativa de interferência dos Estados Unidos no programa brasileiro de combate à Aids. Os norte-americanos queriam vetar o programa de verbas da US-Aids organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras que defendessem a prática da prostituição, reclamando direitos trabalhistas, por exemplo.

– As políticas públicas a serem implementadas em nosso país dizem respeito apenas ao Estado brasileiro – observou Serys.

A parlamentar petista mencionou ainda em seu discurso a proposta de asfaltamento da BR-158 que será levada hoje ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e apoiou os professores de Mato Grosso, cuja greve foi considerada indevida pela Justiça.

## Simon: diálogo para "somar potencialidades"

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou segunda-feira o presidente Lula por estar promovendo a Cúpula América do Sul-Países Árabes, que tem como principal objetivo aprofundar o diálogo e possibilidades de negócios entre as duas regiões. Para Simon, o encontro talvez se caracterize como a iniciativa diplomática mais importante já realizada pelo Brasil, e que ajudará a estabelecer uma nova postura em relação ao próprio conceito de globalização.

– A reunião mostrará que a globalização não pode ser feita apenas pelos poderosos e pelos banqueiros, mas também por forças intermediárias como as

representadas pelos países da América Latina e do mundo árabe – assinalou o senador.

Ao ressaltar a harmonia que caracteriza as relações entre povos de origem árabe e nações latino-americanas, Simon argumentou que os países participantes do encontro em Brasília possuem ao mesmo tempo “amplos recursos econômicos e naturais” e “dramas sociais como miséria e pobreza”, e que o diálogo entre eles poderia servir para “somar potencialidades” e “diminuir fraquezas”.

– Todos os países do encontro têm muito a oferecer e a receber – disse Simon, para



**CONDIÇÃO** Pedro Simon observa que a globalização "não pode ser feita apenas pelos poderosos"

quem o século 21 deve ter como principal desígnio “diminuir as imensas diferenças sociais e econômicas entre os povos”.

Apartado por Ney Suassuna (PMDB-PB), Simon acentuou que o evento não visa afirmar qualquer pretensão de hegemonia regional por parte do Brasil.

## Amorim destaca presença maciça de empresários

Países sul-americanos e árabes “estão dando um exemplo de que, por meio do diálogo e do compromisso, poderemos evoluir para um mundo mais justo e democrático”, disse o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele abriu, segunda-feira, no Hotel Blue Tree Park, a reunião de chanceleres que participaram do encontro preparatório para a Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Brasília.

Amorim ressaltou a presença de 1.200 empresários

sul-americanos e árabes na feira empresarial que se realiza paralelamente à cúpula. “Eu me recorro de poucos eventos dessa dimensão”, observou o chanceler, acrescentando que a presença maciça de empresários demonstra o potencial do estreitamento das relações entre as regiões.

Celso Amorim afirmou ainda que o sentido da cúpula é de reaproximação “cultural, espiritual, mas que também terá resultados práticos”. (Agência Brasil.)

## Para Furlan, negócios dobram em três anos

Embora a cúpula não tenha como único objetivo obter resultados econômicos, há a convicção entre os participantes de que o comércio entre os países que compõem os dois blocos tenderá a experimentar forte crescimento nos próximos anos. Na abertura do encontro paralelo de empresários, segunda-feira, o minis-

tro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, admitiu que o comércio entre o Brasil e os países árabes poderá chegar a US\$ 15 bilhões em três anos. O volume de negócios é hoje da ordem de US\$ 8 bilhões.

Um dos resultados mais esperados é a possível assinatura de acordo

entre os países do Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, que reúne os países mais ricos da região – Omã, Arábia Saudita, Barein, Catar, Emirados Árabes e Kuwait –, o que pode implicar o estabelecimento de uma zona de livre comércio.

**TV Brasil divulga**

Desde segunda-feira, a TV Bra-

sil – Canal Público Internacional, resultado de projeto envolvendo Radiobrás, TV Senado, TV Câmara e TV Justiça, transmite notícias da cúpula. O sinal está à disposição de todo o continente americano e da Europa. Emissoras parceiras, como a TV Senado, transmitem informações sobre o encontro.



Sibá Machado afirma que a política adotada pelo governo federal está correta e anuncia que Lula não concorda totalmente com os métodos de Fidel e Chávez. Maciel cobra mais atenção para a integração entre os países do Mercosul

## Sibá defende política externa e diz que Brasil é o líder do Cone Sul

Respondendo às críticas da oposição à política externa do governo federal – e, por tabela, à Cúpula América do Sul–Países Árabes –, o senador Sibá Machado (PT-AC) declarou na segunda-feira que “as medidas adotadas pelo governo federal estão corretas” e que “o Brasil é o líder do Cone Sul”. Ele contrastou a política externa atual com o “modelo neoliberal, com seu Estado mínimo, introduzido de uma hora para outra por Fernando Collor”. Quanto à cúpula, ele afirmou que, “para ter voz ativa e alta, é preciso ter aliados”.

– Todos os países que se submetem à cartilha do neoliberalismo se arrependem amargamente. Foram os casos da Argentina, do México e da Coreia do Sul. E o Brasil teve que discutir novamente a presença do Estado no de-



**MODELO** Sibá cita como alternativa comercial o grupo G-21, que funciona como as cooperativas

senvolvimento econômico. Diante disso, concluímos que não podemos brincar com as relações políticas e econômicas internacionais – argumentou.

O senador ressaltou que “a América do Sul não pode ser uma extensão dos interesses de dois blocos econômicos, a União Européia e o Acordo de

Livre Comércio da América do Norte (Nafta)”. E citou como exemplo de alternativa o G-21, grupo formado por Brasil, Argentina, Índia, África do Sul e China, entre outros países. Segundo Sibá, o G-21 representa “uma novo modelo de relações comerciais e políticas”.

– A força dos pequenos é necessária. E a lógica do G-21 é a mesma das cooperativas. Estados como Paraná e Santa Catarina têm uma força econômica baseada nos pequenos produtores – frisou.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), em aparte, declarou que “as exportações continuam sendo bem-sucedidas porque a política externa do governo está certa”. Ele destacou as vendas para os países da América do Sul e também para a China.

Sobre as críticas à presença de líderes autoritários na Cú-

pula América do Sul–Países Árabes, Sibá afirmou que o governo federal “não concorda totalmente com os métodos de Hugo Chávez ou de Fidel Castro, mas concorda totalmente com os anseios dos povos venezuelano e cubano”.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Leonel Pavan (PSDB-SC), em apartes, criticaram o governo. Antonio Carlos observou que “o povo está cada vez mais enfraquecido do ponto de vista econômico”. Heráclito disse que o PT “deu muito prejuízo ao país no passado”, e lembrou que o partido foi contra a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já Pavan ressaltou que o bom desempenho econômico atual seria resultado de medidas adotadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.



**ESPELHO** Maciel destaca trabalho feito pelo Barão do Rio Branco, no início do século 20, no Itamaraty

## Maciel pede mais integração entre países do Mercosul

A importância do Mercosul para o Brasil e a necessidade de aumentar a cooperação entre os países que o integram foram ressaltadas ontem pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). Ele pediu que a diplomacia brasileira procure se espelhar nos exemplos do Barão do Rio Branco – que foi ministro das Relações Exteriores durante 12 anos no início do século 20 –, a fim de que esse objetivo seja alcançado e para que o projeto do Mercosul não fracasse.

– Espero que o governo confira ao Mercosul a relevância que ele tem para o nosso país e para o processo de integração regional – declarou, recordando que o Barão do Rio Branco, “ao estabelecer os paradigmas da política externa brasileira, determinou como um de seus fundamentos a atenção ao Rio da Prata”.

Ele destacou que a criação do Mercosul, iniciada em 1988, gerou a expectativa de produzir um processo de integração entre os países-membros, trazendo benefícios políticos, econômicos, sociais e culturais. O senador ressaltou que essa integração parece estar ameaçada pelo descaso do atual governo em relação à região.

Maciel comparou a história das relações entre os países platinos com as relações entre os países europeus. Para ele, nos dois casos, a posse de rios e pedaços de terra às vezes provocava grandes rivalidades, mas também tinham “o potencial de proporcionar uma integração efetiva e profícua”.

## Oposição critica suspensão do trabalho parlamentar

“Alguns dos convidados do presidente Lula poderiam ver como funciona uma democracia, com críticas duras e diretas como essas que fazemos ao presidente da República.” Esse foi o argumento usado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), para criticar a decisão da Mesa de decretar ponto facultativo no Senado ontem.

Entre os “convidados” citados por Virgílio estão “Muamar Kadafi, que é ditador da Líbia desde 1969; o general Al Bashir, presidente do Sudão desde 1989; Hugo Chávez, presidente da Venezuela desde 1999 e que morre de vontade de implantar a ditadura em seu país; o presidente Ben Ali, à frente da Tunísia desde 1987; Jabir Al-Ahmed Al-Sabah, que é emir do Kuwait desde 1977; o rei Abdullah, cuja família real governa a Jordânia desde 1946; e o presidente Maawya Ould Sid’Ahmed Taya, que comanda a Mauritânia sob uma ditadura militar desde 1984”.

– Seria tão bom se esses governantes autocráticos obser-



**EXEMPLO** Heráclito diz que cúpula é mais um motivo para o funcionamento do Legislativo

vassem o Congresso Nacional e o Poder Judiciário funcionando a pleno vapor, para aprender conosco uma lição de democracia – ressaltou.

O senador disse que a política externa do governo Lula é “capenga” e “equivocada”, e citou como exemplo a “relação conturbada” com a Argentina.

### Responsabilidade

A dimensão internacional do evento foi apontada pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) como um motivo a mais para manter o funcionamento do Legislativo. Ele disse que era responsabilidade do go-



**ENCENAÇÃO** Arthur Virgílio observa que governo dá verdadeiro exemplo de provincianismo

verno oferecer mecanismos alternativos que garantissem o deslocamento dos membros do Congresso.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), informou ter se deslocado ao Senado, na segunda-feira, com intenção de votar matérias importantes em pauta no colegiado. Por isso, criticou a decisão de declarar ponto facultativo na Casa na terça-feira.

Antonio Carlos pediu ao líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que dê um basta nos



**CRÍTICA** Antonio Carlos, um dos primeiros a se manifestar contra a interrupção dos trabalhos

pedidos de vista e de audiência pública na comissão, considerados “uma jogada” para impedir a votação de projetos.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também criticou a decisão da Mesa e considerou desnecessária a suspensão das atividades legislativas na terça-feira.

– Não podemos oferecer motivo para aumentar o descrédito do Poder Legislativo. Há um desgaste enorme, pois os cidadãos desse país entendem que o Congresso não está cumprindo com seu dever – afirmou.



**CONTRATAÇÕES** Mão Santa também criticou o aumento dos gastos públicos do governo

## Brasil tem os juros mais altos do mundo, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a política de juros do governo Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que as taxas, no Brasil, são as mais altas do mundo. Na avaliação do senador, o país vai mal e o presidente Lula “é um enganador”.

Mão Santa lembrou que no ano passado o Brasil registrou 150 mil homicídios, um número cinco vezes maior do que o registrado no Iraque.

– Essa é uma conta que até o Palocci sabe fazer. Isso é uma guerra civil – afirmou.

Para o senador, uma das causas de tantos homicídios é a carga tributária. Ele ressaltou que a cada 12 meses o brasileiro entrega o resultado de cinco meses de trabalho para o governo, em impostos, e o resto para os bancos, na forma de juros.

Mão Santa disse que a alta taxa de juros é um freio para o desenvolvimento econômico e para a geração de empregos.

– Se não tem trabalho, teremos a guerra civil, a barbárie e os homicídios – afirmou.

### Gastos públicos

Mão Santa também criticou o aumento dos gastos públicos, lembrando que no governo do presidente Lula foram contratados 30 mil funcionários sem concurso público.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), em aparte, disse que o PT está muito parecido com o Corinthians, time de futebol paulista.

– Os investidores entraram, montaram um supertime, mas não conseguem ganhar um jogo. O governo do PT está igual, cheio de estrelas que não se entendem – comparou o parlamentar.

# Lobão cobra prioridade para combate à violência

■ Senador avalia que, no Brasil, faltam vontade política e propostas para enfrentamento da questão

Ao registrar a publicação, pelo Itamaraty, de mais um volume da coleção Mundo Afora, desta vez sobre experiências de combate à violência urbana realizadas pelo poder público de diversos países, o senador Edison Lobão (PFL-MA) cobrou do governo federal prioridade no tocante à segurança pública.

Usando o livro como referência, o senador traçou um panorama mundial da questão da violência. Na China, disse Lobão, o número de latrocínios registrados teve um acréscimo de 120,5%. Mesmo em países que pareciam ter a criminalidade sob controle,



**CONTRASTE** Lobão: violência no país supera índices da Colômbia, onde há um ambiente de "guerrilhas cruéis"

acrescentou o parlamentar, agravam-se os surtos de violência. No Chile, exemplificou, entre 2002 e 2003, o número de delitos graves aumentou 26% e o roubo com violência, 40%. Ele também comparou os índices brasileiros de violência com os de outros países.

– É significativo o fato de que, na vizinha Colômbia, submetida a um ambiente de

cruéis guerrilhas, o registro da violência ser menor que no Brasil – afirmou.

Lobão ressaltou que, apesar de as questões que afligem a segurança pública serem freqüentes em todo o planeta, alguns países têm encontrado soluções para o problema.

– Os Estados Unidos obtiveram grande sucesso com o conhecido programa Tolerância Zero, em Nova York. Em Los Angeles, a política de segurança pública também obteve sucesso, por meio de uma lei que dobra a pena em caso de reincidência criminal, e de encarceramento, no caso de uma terceira condenação. Também a norte-americana Boston tem obtido êxito no combate à criminalidade – frisou.

Na avaliação do senador, faltam vontade política e propostas viáveis para o combate à criminalidade no país.

## Heráclito lembra morte de menores no PI

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) recordou, em Plenário, a morte de sete menores infratores no Complexo da Cidadania, centro de detenção e recuperação do Piauí, em 8 de maio do ano passado. O parlamentar pediu transcrição para os Anais da Casa de matéria sobre o fato, de autoria do jornalista Alysson Paixão, publicada no site “180 Graus”.

Os menores, relatou Heráclito, faziam uma “pequena rebelião” queimando colchões dentro da cela e, como estavam trancados, não puderam escapar quando o fogo se alastrou. Oito jovens sofreram queimaduras graves e foram levados para o hospital, mas apenas um sobreviveu. O senador pediu que o governo estadual e o

Ministério Público divulguem o resultado do inquérito e das investigações sobre as mortes, pois até agora nenhuma satisfação foi dada à população.

O senador também fez críticas ao governo federal mencionando que o programa Fome Zero no Piauí não funciona até hoje. Outra iniciativa não realizada, segundo ele, foi a distribuição de computadores para pessoas de baixa renda, que “ainda não saiu do papel”.

– O PT do Piauí e o PT nacional não diferem: é aquilo de tudo prometer e nada fazer, nada realizar – afirmou.

O parlamentar comentou ainda sobre um anúncio investimento da Vale do Rio Doce no estado, para exploração de minas de níquel, até momento

sem implementação.

Heráclito lembrou ainda a promessa do governo de solucionar as deficiências das estradas brasileiras com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), mas, na prática, observou, quase nada teria sido investido.

Em apoio ao senador Antonio Carlos (PFL-BA), ele cobrou recursos para as obras do metrô de Salvador, salientando que há tratamento discriminatório do governo com a capital baiana.

– O governo fez acordo com o FMI, liberando recursos para obras de infra-estrutura, mas ninguém sabe quem participou desse acordo. O metrô, que é uma obra prioritária para a cidade de Salvador sob vários aspectos, não foi contemplado.

## Paim denuncia irregularidades em banco

O senador Paulo Paim (PT-RS) encaminhou à Mesa ofício denunciando que o Banco Santander, que adquiriu o controle do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) em 2000, não tem cumprido algumas obrigações contratuais com os aposentados e pensionistas da antiga estatal paulista. No ofício, o parlamentar solicita que as denúncias sejam encaminhadas ao Ministério da Fazenda, à Advocacia Geral da

União e à Advocacia do Senado Federal, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

O Banespa foi privatizado em 2000, quando foi concluído um processo de reestruturação financeira do estado de São Paulo que começou com a transferência de 51% das ações do banco para o controle do governo federal. O acordo foi autorizado pela Resolução 118/97 do Senado. De acordo com o edital de privatização,

o Santander assumia todas as obrigações do banco, inclusive seu passivo atuarial.

Paim disse que informações fornecidas pela entidade representativa dos funcionários do Banespa e pela Secretaria do Tesouro Nacional levaram-no a concluir que o Santander está descumprindo a resolução, no que se refere ao Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev), o fundo de pensão dos funcionários do banco.



**CONTRAMÃO** Na opinião de Alvaro Dias, governo decepciona ao dar apoio excessivo ao setor bancário

## Alvaro Dias questiona legitimação do poder público

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou na segunda-feira que o governo Luiz Inácio Lula da Silva contribui em larga escala para deflagrar o “esgarçamento do processo de legitimação do poder público”.

O parlamentar citou entrevista de Fernando Henrique Cardoso à revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em que o ex-presidente afirma que pode estar em curso um processo de fragmentação da legitimação do poder público no Brasil. Essa fragmentação, de acordo com Fernando Henrique, poderia conduzir o país a uma crise institucional.

Contribuiria para isso, segundo Alvaro Dias, o amparo excessivo dado ao setor bancário, atitude que, para o senador, vai na contramão das expectativas dos milhares de trabalhadores que elegeram o presidente Lula.

– Dizia-se que estava começando o governo dos trabalhadores. Na verdade, é o governo dos banqueiros – comentou.

### Reforma política

Alvaro também criticou a intenção do governo de negociar pontos cruciais de uma futura reforma política, como o fim da verticalização das coligações, sem realizar um debate qualificado no Congresso.

Na América Latina, observou, existem exemplos que merecem ser analisados.

– Democracia, governabilidade e governança não são conquistas consolidadas na América do Sul. A recente renúncia do presidente do Equador, Lúcio Gutierrez, foi a décima interrupção de um mandato constitucional nos últimos 16 anos. Isso significa uma média de um presidente caindo a cada ano e meio na região – salientou.



**DESASTRE** Valmir Amaral lembra que as calamidades naturais afetam mais os países pobres que os ricos

## Valmir Amaral: dívida entrava evolução social

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) disse que chegou o momento de encarar as dívidas externas dos países subdesenvolvidos como um entrave para a evolução social do planeta. Ele argumentou que não se pode mais aceitar que os juros sejam a única forma de pagamento, pois esse processo resulta em estagnação dos países pobres e cada vez mais lucros para os países ricos.

Valmir Amaral chegou a essa conclusão ao analisar os efeitos socioeconômicos sobre a população dos países atingidos pelo *tsunami* em dezembro de 2004. Ele argumentou que cinco dos países atingidos têm uma dívida externa de US\$ 300 bilhões, quando toda a região recebeu uma ajuda de apenas US\$ 10 bilhões.

– Essa quantia nada representa quando sabemos que todo ano, em escala planetária, os países subdesenvolvidos transferem para os cofres dos países desenvolvidos mais de US\$ 230 bilhões por conta de sua dívida externa – afirmou.

Cerca de 200 milhões de pessoas são atingidas por desastres naturais a cada ano no mundo, segundo Valmir Amaral. Mas as conseqüências de uma calamidade natural em um país pobre são mais graves do que em países ricos, lembrou ele.

# Tourinho saúda início do Gasoduto do Nordeste

■ Senador diz que o gás natural é a única solução para que a região não enfrente falta de energia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou em Plenário sua satisfação pelo início da obra do Gasoduto do Nordeste (Gasene). O convênio para a construção foi anunciado na segunda-feira pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Participam a Petrobras, o China Eximbank e a petrolífera chinesa Sinopec.

De acordo com o parlamentar, o gás natural é a única solução para que o Nordeste não enfrente problemas em sua oferta de energia. Ele informou que a região já tem seu potencial hidráulico esgotado, e outras formas de obtenção



**ESCASSEZ** Tourinho diz que o potencial hidráulico do Nordeste está esgotado

de energia, como a eólica, são muito caras.

O Nordeste, enfatizou Tourinho, já enfrenta um déficit de fornecimento de gás natural de 10 milhões de metros cúbicos por dia. Uma carência que, na avaliação do senador, pode chegar a 16 milhões de metros cúbicos por dia.

O parlamentar baiano de-

fendeu uma regulamentação clara para o setor de gás natural. Ele vê conflitos de competência entre a Petrobras, que exerce o monopólio da União para exploração, produção e transporte, e as companhias estaduais de gás, que têm nos estados o monopólio da distribuição.

Rodolpho Tourinho lamentou que a Bahia-gás, no momento em que constrói o primeiro grande gasoduto de uma distribuidora estadual (entre Candeias e Feira de Santana, com capacidade para transportar mais de 60 mil metros cúbicos por dia), vê a oferta do produto reduzida pela Petrobras em 20%. O senador elogiou ainda o início da exploração de gás no campo de Manati, a 100 quilômetros de Salvador.

## Garibaldi quer Congresso na discussão do salário mínimo

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu, na segunda-feira, a participação do Congresso na comissão criada pelo governo, em âmbito federal, composta por trabalhadores, empresários, aposentados e o Executivo, com a incumbência de propor uma política permanente de fortalecimento do salário mínimo.

Essa comissão, esclareceu Garibaldi, foi instituída para analisar os impactos sociais, econômicos e orçamentários de forma que se possa oferecer à sociedade uma política que contemple um aumento real e gradual do salário mínimo.

– Louvo a criação da comis-

são, mas não poderia deixar de ressaltar minha cautela pelo fato de o Congresso Nacional ter ficado à margem dessa discussão, uma vez que qualquer proposta terá de passar necessariamente por esta Casa, como passam, inevitavelmente, todos os temas de relevância da vida nacional – afirmou o senador.

Garibaldi entende que é preciso substituir “a discussão pontual, acalorada e infértil”, que se reproduz todos os anos, por uma discussão realista, calcada nas possibilidades e diretrizes orçamentárias. O senador considera que não há momento mais adequado para



**ORÇAMENTO** Garibaldi acredita que o início do processo orçamentário é a melhor hora para rever o mínimo

discutir possibilidades para contemplar o mínimo com um maior poder de compra do que quando se inicia o processo orçamentário.

Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Sibá Machado (PT-AC) solidarizaram-se com Garibaldi Alves.



**USURPAÇÃO** Antero afirma que o ministro Miguel Rossetto usurpou as funções do CNPA

## Antero critica regras para desapropriação

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, “usurpou as funções do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) ao alterar os índices de produtividade utilizados como critério para desapropriação de terras para reforma agrária”. A mudança visou facilitar a desapropriação, segundo o parlamentar.

Para Antero, as modificações surgem no pior momento possível. Ele lembrou que a seca e os preços puxaram os índices de produtividade para baixo, fato que o ministro Rossetto teria aproveitado em favor da desapropriação.

– O que pretende Rossetto? Provar que a produtividade foi menor e, com isso, tornar as terras do agronegócio improdutivas por decreto. Isso beira a insanidade, parece loucura, mas é assim que age o ministério que deveria ser do Desenvolvimento Agrário, mas se revela cada vez mais como Ministério do MST – argumentou Antero.

Integrado por representantes de dez ministérios, de trabalhadores e empregadores rurais, o CNPA é que deveria definir os índices de produtividade das propriedades rurais, segundo o senador.

## Projeto de Osmar Dias reduz impostos para remédios e transporte

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou projeto que diminui as taxas de impostos incidentes sobre medicamentos, reduzindo pela metade as alíquotas das contribuições para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre esses produtos. O projeto (PLS 125/05) também

isenta do pagamento dessas contribuições os serviços de transporte intramunicipal de passageiros.

O parlamentar argumentou que o custo desse transporte tem peso grande no orçamento da maioria dos assalariados. O custo, acrescentou, “apresentou acréscimo constante nos últimos anos, em parte devido à incidência cada vez maior de tributos”. O senador argumen-

tou que, como há pouco espaço para a redução da carga tributária incidente, ele optou por reduzir a zero as alíquotas.

Já os produtos farmacêuticos terão alíquotas de 0,87%, 1%, 3,8% e 4,5%, dependendo de sua classificação na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), usada também para o PIS/Pasep e a Cofins.

Osmar Dias afirmou ter opta-

do pela redução dessas alíquotas porque a União não pode dispor a respeito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), no caso do transporte coletivo; e, no caso dos medicamentos, porque o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) já tem alíquota zero e o Imposto de Importação

(II), cujas alíquotas variam de 0% a 14%, requer negociações no âmbito do Mercosul para ser alterado.

A matéria tem decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguarda emendas. Isso significa que cabe à comissão a decisão final sobre a matéria no Senado, a não ser que pelo menos nove senadores peçam sua votação em Plenário.



**INÍCIO** Notícia de concorrência para duplicação da rodovia foi celebrada por Suassuna

## Suassuna comemora obra na BR-101

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ocupou a tribuna na segunda-feira para comemorar a notícia de que a concorrência para a duplicação da BR-101 Norte, que liga Recife, João Pessoa e Natal, terá início amanhã.

– Não fosse o ponto facultativo decretado pelo governo, a concorrência teria saído ontem – assinalou.

O senador lembrou que o orçamento destina R\$ 400 milhões para a obra, que quase foi descartada. O Tribunal de Contas da União (TCU), conforme disse, criou vários entraves para a realização da concorrência. Porém, após uma visita de senadores, liderados por Fernando Bezerra (PTB-RN), para explicar a importância da obra, o TCU mostrou-se mais flexível.

Suassuna também comemorou a licença dada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a transposição das águas do rio São Francisco, mas lamentou que o Instituto Nacional do Semi-Árido esteja parado.

### Biodiesel

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) declarou estar preocupado com o programa do biodiesel. Ele lembrou que a Bahia é o maior produtor de mamona do Brasil e que é preciso ainda definir melhor as questões envolvendo as compras governamentais, um preço mínimo que garanta a rentabilidade do agricultor e quem será o responsável pela coordenação do programa.

Heráclito Fortes (PFL-PI) alertou para a existência de dois orçamentos, um que é passível de contingenciamento e outro que é fruto de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

– Torço para que a obra na BR-101 tenha recursos do FMI e não do orçamento para os mortais – assinalou Heráclito.

# Delcidio anuncia investimento para integração de ferrovias

■ Ele destaca acordo assinado pelo presidente da República para viabilizar escoamento da produção do Centro-Oeste

Ao registrar que, na sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um acordo para reestruturação financeira e societária da Brasil Ferrovias – empresa que reúne as operações das ferrovias Ferronorte, Ferroban, Novoeste e Portofer –, o senador Delcidio Amaral (PT-MS) destacou que a iniciativa permitirá a viabilização dos investimentos necessários para reorganizar o sistema de transporte ferroviário de São Paulo, do Centro-Oeste e da



**VANTAGEM** Delcidio ressalta que haverá barateamento do frete para exportações

ligação com o porto de Santos.

– Em função das decisões tomadas e do plano de investimentos anunciado, poderemos promover a integração com outras compa-

nias ferroviárias, viabilizando o transporte de cargas da região Centro-Oeste até o porto de Santos. Também será possível, por meio de ferrovias da Bolívia, Argentina e Chile, chegar ao oceano Pacífico, barateando o frete para as exportações – afirmou Delcidio.

Segundo o senador, o plano prevê novos aportes de recursos dos atuais acionistas, num total de R\$ 375 milhões, além dos R\$ 385 milhões que serão alocados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Delcidio ressalta que também haverá conversão de financiamentos e créditos existentes em participação acionária, sendo R\$ 115 milhões dos acionistas atuais e R\$ 265 milhões do BNDES.

## Alberto Silva sugere leilão para apressar consertos em rodovias

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que autorize a escolha por leilão das empresas que querem trabalhar na recuperação das rodovias federais – cerca de 35 mil quilômetros, em três anos. Para o senador, caso o governo mantenha a intenção de escolher as empresas por concorrência, o trabalho vai atrasar muito.

Alberto Silva disse que uma concorrência demora no mínimo seis meses, sendo necessária uma licitação para o projeto e, mais tarde, outra para escolha da companhia que fará a recuperação do trecho, o que levaria, no mínimo, um ano.

Cerca de cem empresas estão à espera das licitações das obras, que custarão R\$ 6 bilhões, nos três anos, informou o parlamentar. Ele citou um levantamento mostrando que o excesso de buracos nas rodovias federais aumenta em 35% o gasto de óleo diesel de 1,8 milhão de carretas que transitam por todo o país. O consumo de diesel, que seria de 12 bilhões de litros, sobe para mais de 16 bilhões de litros, gasto adicional que a sociedade paga, de aproximadamente R\$ 6 bilhões.

Alberto Silva voltou a sugerir ao governo que crie uma câmara de gestão para tratar dos problemas rodoviários. O parlamentar teve o



**DEMORA** Escolha de empresa por licitação pode atrasar o trabalho, diz Alberto Silva

apoio, em aparte, do senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

Alberto Silva registrou ainda um pedido “dos companheiros do interior do Piauí” ao governo do estado, para que a Universidade Estadual do Piauí volte a oferecer seus cursos em cidades interioranas.

## Extinção da RFFSA é desnecessária, afirma Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu o transporte ferroviário, pedindo a modernização e ampliação da rede de ferrovias brasileiras. Ele se disse contrário ao processo de extinção da Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), determinado pela Medida Provisória (MP) 246/05, que também promove uma reestruturação no setor.

– Segundo dados da Associação de Engenheiros Ferroviários, a RFFSA tem um patrimônio de R\$ 20 bilhões, suficiente para quitar os débitos, desde que a União reconheça suas dívidas perante a empresa – informou Paim, explicando que, no seu entender, a extinção da estatal não é necessária e que os



**POTENCIAL** De acordo com Paim, a estatal possui patrimônio para quitar débitos

maiores prejudicados serão os funcionários da ativa e aposentados. A MP transfere os empregados ativos da RFFSA para a Empresa Brasileira



**CRÍTICA** Aelton: ANTT protege concessionária paulista, em detrimento da mineira MRS

## Governo favorece SP, acusa Aelton

O senador Aelton Freitas (PL-MG) acusou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de favorecer a concessionária paulista Ferrovias Bandeirantes S. A. (Ferroban) em detrimento da mineira MRS Logística S. A., também concessionária de ferrovias. De acordo com o senador, a ANTT deveria punir a Ferroban, controlada pela Brasil Ferrovias, por criar obstáculos à utilização das linhas da Baixada Santista pela MRS.

Aelton disse acreditar que o governo federal tenta beneficiar o estado de São Paulo e prejudica outras regiões do país. Desde 2002, informou ele, a Ferroban cria obstáculos para a MRS no que se refere à utilização das linhas da Baixada Santista, com a prática de *trackage right* nas linhas da empresa mineira que dão acesso ao porto de Santos. O senador explicou que tal prática consiste na abertura das vias da MRS para que os trens da Ferroban passem livremente. Aelton considera que a prática de tráfego mútuo, o transporte ferroviário que ultrapassa os limites geográficos de uma malha, prevista por instrumentos legais e contratuais, é mais eficiente nesses casos.

– Apesar de a MRS disponibilizar sempre suas locomotivas para carregar os vagões da Ferroban no trecho, a Ferroban recusa-se a proceder assim, criando obstáculos que geram gargalos que atrasam a operação do porto de Santos – afirmou.

Aelton Freitas informou ainda que o governo prepara um socorro à Ferroban, “nos mesmos moldes que o PT criticava o socorro aos bancos”, já tendo investido R\$ 900 milhões na empresa. Em aparte, Alberto Silva (PMDB-PI) propôs uma investigação para saber o motivo de a ANTT não realizar as fiscalizações.